

GT65: Políticas reprodutivas: imperativos, violação de direitos e antropologia em tempos extremos

Marina Nucci, Rosa Carneiro

Vemos nos últimos anos, no Brasil, o crescimento de um campo de debates antropológicos que discute temas como gravidez, parto e criação de filhos/as. Trata-se de pesquisas que, conduzidas pela perspectiva de gênero, e em diálogo com reflexões mais amplas como corpo e saúde, abordam diferentes aspectos ligados à reprodução e ao cuidado. Um dos esforços de pesquisa observados, é a atenção às prescrições e imperativos morais que são produzidos tanto pelos saberes médico-científicos, como em contraponto a eles, e que se expressam em modelos "ideais" de gestar, parir, amamentar, maternar. O que tais ideais invisibilizam, e o que trazem à tona? Como diferentes perspectivas feministas têm tentado responder aos dilemas que tais temáticas nos trazem? Tais imperativos se viram impactados pela pandemia de Covid-19, quando muitos dos direitos sexuais e reprodutivos foram violados, com ausência de serviços de saúde e descaso com a vida de mulheres cis e trans. O peso e a invisibilidade do trabalho reprodutivo foi escancarado, assim como o adoecimento dele decorrente. Partindo desses pressupostos, neste GT, inspiradas na ideia de que "toda política é reprodutiva" (Briggs 2017), procuramos reunir trabalhos que pensem práticas de maternagem dissidentes e hegemônicas; sobre gestação, parto e pós-parto; cuidado e adoecimento psíquico de mulheres; sobre quem não quer ser mãe e abortos, de maneira atravessada ou não pela pandemia, mas de modo a atualizar uma "antropologia da reprodução" brasileira.

"Eu não me sentia preparada": a relação entre a existência de um ideal de gestação e maternidade e a decisão pela interrupção da gravidez

Autoria: Mariana Taranto Reynier de Abreu

Resultado da pesquisa para a minha dissertação de mestrado, ainda em andamento, que analisa o aborto provocado no Brasil a partir das narrativas de mulheres sobre suas experiências de aborto, este artigo possui o objetivo de investigar a relação da existência de "ideais de maternidade e gestação" com a decisão de algumas mulheres por abortar, ao se deparar com uma gravidez inesperada. Tal associação apareceu a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema do aborto na produção antropológica e outros campos como a psicologia, comunicação e saúde e a realização de entrevistas de profundidade com nove interlocutoras. Nas entrevistas, chamou a atenção a semelhança nas motivações alegadas para a decisão por abortar. Entre os motivos apareceu: a idade, relacionamento ruim ou instável com o reprodutor homem, instabilidade financeira, vida profissional desfavorável, querer terminar o ensino superior, não ter desejo de ser mãe e receio do julgamento que sofreria perante a sociedade. Uma interlocutora também expressou "eu não me sentia nem um pouco preparada para ser mãe". Diante de tal explanação surgiu o questionamento: o que é estar preparada para ser mãe? Segundo a narrativa das mulheres entrevistadas, a maternidade ideal inclui possuir um relacionamento longo e estável com o pai, ter estabilidade financeira, assim como a vida profissional, equilíbrio emocional, estrutura familiar, não ser muito nova, mas também não ser muito velha e já ter concluído a formação acadêmica. Assim, a percepção de se encontrar em uma maternidade que não se encaixa no modelo ideal, por não possuir as características corretas de idade, relacionamento, vida profissional, ou como resumiu Taís "não estar no momento certo da vida para ser mãe", aparece nas entrevistas como uma das principais razões para a escolha por abortar. Portanto, a análise da relação entre a existência de um modelo de maternidade hegemônico e a decisão de algumas mulheres por interromper uma gravidez não planejada, constitui eixo central deste trabalho.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

